

**CADERNO DE QUESTÕES**  
**Conhecimentos Gerais****Lei 9784 – Processo Administrativo****Questão 1: CESPE - Aud (TCE-PR)/TCE-PR/2016**

À luz da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- a) Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se, no mês do vencimento, não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, e referido mês terminar em dia útil, ter-se-á como termo final do prazo o primeiro dia útil do mês seguinte.
- b) A revisão do processo administrativo que resultar em aplicação de sanção dependerá da manifestação do apenado.
- c) Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial do interessado, incluindo-se na contagem o dia da notificação.
- d) Para efeito de prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos, são consideradas idosas as pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade.
- e) O recurso administrativo deve ser dirigido à autoridade que proferir a decisão recorrida; se não reconsiderar a decisão, tal autoridade terá de encaminhar o recurso à autoridade que lhe for superior.

**Questão 2: CESPE - AJ (TRE PI)/TRE PI/Administrativa/2016**

A respeito da competência no processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 9.784/1999.

- a) Inexistindo competência legal, o processo será iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico.
- b) A competência poderá ser delegada a órgão que não seja subordinado ao do delegante.
- c) A renúncia parcial de competência poderá ser exercida nos limites do interesse público.
- d) Em situações específicas, elencadas na lei em questão, a decisão acerca de recursos administrativos poderá ser delegada.
- e) É vedada a inclusão, no ato de delegação, de ressalva de exercício da atribuição delegada.

**Questão 3: CESPE - AJ (TRE PI)/TRE PI/Administrativa/2016**

No curso de um processo administrativo, poderá ser arguida a suspeição de servidor que

- a) tiver participado como perito.
- b) estiver litigando administrativamente com o companheiro do interessado.
- c) estiver litigando judicialmente com o interessado.

- d) tiver amizade íntima com o cônjuge do interessado.  
e) tiver interesse indireto na matéria

**Questão 4: CESPE - AJ (TRE PI)/TRE PI/Administrativa/2016**

domingo	segunda	terça	quarta	quinta	Sexta	sábado
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

Na tabela anterior, que mostra o calendário do mês de setembro do ano hipotético X, o dia na célula hachurada é declarado por lei como feriado. Considerando que, no dia 1.º — terça-feira — do referido mês, um servidor tome ciência de notificação, o prazo para a apresentação de defesa terá início no dia

- a) 2 e findará no dia 8 de setembro.  
b) 1.º e findará no dia 10 de setembro.  
c) 2 e findará no dia 9 de setembro.  
d) 1.º e findará no dia 8 de setembro.  
e) 1.º e findará no dia 9 de setembro.

**Questão 5: CESPE - TJ (TRE PI)/TRE PI/Administrativa/2016**

A respeito das normas insertas na Lei n.º 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta.

- a) O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que forem praticados, salvo comprovada má-fé.  
b) Quem é ouvido na qualidade de testemunha acerca de faltas disciplinares pode ser membro da comissão formada para apurá-las, se não for apresentada impugnação a tempo e modo.  
c) A participação de membro de comissão disciplinar na apuração de fatos que resultarem na pena de suspensão do servidor impedirá que esse membro integre nova comissão disciplinar em processo para apuração de outros fatos que possam resultar em nova apenação ao mesmo servidor.

d) O ato administrativo de remoção de servidor público independe de motivação, pois envolve juízo de conveniência e oportunidade.

e) As normas da lei em apreço não podem ser aplicadas de forma subsidiária no âmbito dos estados-membros, porque disciplinam o processo administrativo apenas no âmbito da administração pública federal.

### **Questão 6: CESPE - TJ (TRE PI)/TRE PI/Administrativa/2016**

Ainda à luz das disposições da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

a) A administração, no exercício da atividade punitiva, submete-se à observância das garantias subjetivas consagradas no processo penal contemporâneo.

b) Em atenção ao devido processo legal, no processo administrativo haverá testemunhas de defesa e testemunhas de acusação.

c) A ciência dos atos praticados em processo administrativo, a ser dada ao interessado, deve ser pessoal, e o comparecimento voluntário da parte não suprirá a falta ou irregularidade da intimação.

d) Não é admitida a instauração de ofício de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

e) É de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência pessoal dada ao interessado.

### **Questão 7: CESPE - TJ (TRE PI)/TRE PI/Administrativa/2016**

O TRE/PI autorizou o afastamento de um servidor para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* no país pelo período de doze meses, a contar de 29/2/2012 (quarta-feira). Não tendo havido prorrogação de seu período de afastamento o servidor voltou na data certa e em dia útil da semana.

Nessa situação hipotética, considerando-se as regras de prazos constantes na Lei n.º 9.784/1999, é correto afirmar que o servidor retomou suas atividades em

a) 27/2/2013 (terça-feira).

b) 1.º/3/2013 (sexta-feira).

c) 5/3/2013 (terça-feira).

d) 28/2/2013 (quinta-feira).

e) 4/3/2013 (segunda-feira).

**Questão 8: FUNDEP - Ana ARFS (Uberaba)/Pref Uberaba/Direito/2016**

Nos termos da Lei Federal N.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, são princípios do Processo Administrativo, **EXCETO**:

- a) Interesse público.
- b) Garantia de defesa.
- c) Subsidiariedade.
- d) Gratuidade.

**Questão 9: FUNDEP - Esp SP (Uberaba)/Pref Uberaba/Analista de Recursos Humanos/2016**

Analise as seguintes afirmativas sobre a motivação dos atos administrativos, de acordo com o Art. 50 da Lei N.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- ( ) A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, não serão parte integrante do ato.
- ( ) A motivação das decisões de órgãos colegiadas e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.
- ( ) Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.
- ( ) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando aplicarem jurisprudência firmada sobre a questão ou ampliarem direitos / interesses ou realizarem processo licitatório.

Assinale a sequência **CORRETA**.

- a) V F V F
- b) F V F V
- c) V F F V
- d) F V V F

**Questão 10: FCC - TJ TRT23/TRT 23/Administrativa/2016**

Considere três critérios que devem ser observados nos processos administrativos de âmbito federal:

- I.** Vedação à renúncia total ou parcial de poderes e competências.
- II.** Proibição de cobrança de despesas processuais.
- III.** Divulgação oficial dos atos administrativos.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, admite **EXCEÇÃO** o que consta em

- a) **II**, apenas.
- b) **I**, apenas.
- c) **I, II e III**.
- d) **I e II**, apenas.
- e) **III**, apenas.

**Questão 11: CESPE - AJ TRT8/TRT 8/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016**

Acerca dos atos administrativos e do processo administrativo, assinale a opção correta conforme a Lei n.º 9.784/1999.

- a) O direito da administração de anular os seus próprios atos decai em cinco anos, ainda que constatada a má-fé do destinatário do ato.
- b) A convalidação dos atos administrativos que apresentem defeitos sanáveis pode ser feita pela administração, desde que esses atos não acarretem lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- c) O ato de exoneração do servidor público ocupante de cargo em comissão e os atos administrativos que decidam recursos administrativos dispensam motivação.
- d) A competência para a edição de atos normativos poderá ser delegada.
- e) A revogação do ato administrativo ocorre nas hipóteses de ilegalidade, devendo retroagir com efeitos *ex tunc* para desconstituir as relações jurídicas criadas com base no ato revogado.

**Questão 12: FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2016**

O processo administrativo é informado por princípios e, no âmbito federal, regido pela Lei nº 9.784/1999. Caracteriza o processo administrativo

- a) a inércia, tendo em vista que é necessário que uma das partes, ou mesmo um interessado, provoque o andamento do processo, não podendo ser impulsionado de ofício.
- b) a imprescritibilidade e possibilidade de revisão das decisões por meio de reconsideração, independentemente de prazo, como garantia do direito dos administrados.
- c) o diferimento do contraditório e da ampla defesa, que pode ser exercido após o proferimento da decisão final, caso seja desfavorável ao administrado.
- d) a pluralidade de instâncias, com a possibilidade de apresentação de mais de um recurso administrativo, salvo se a primeira decisão já foi proferida pela autoridade máxima da Administração pública.
- e) a impossibilidade de aproveitamento de atos praticados no caso de identificação de vícios, em razão da informalidade que rege o processo, impedindo que dois processos administrativos tramitem da mesma forma.

**Questão 13: FCC - AJ TRT23/TRT 23/Administrativa/"Sem Especialidade"/2016**

Em dois processos administrativos distintos, de âmbito federal, constatou-se a obrigatoriedade de ser ouvido órgão consultivo, devendo os respectivos pareceres serem emitidos no prazo de quinze dias, porém não foram apresentados. No primeiro processo, o parecer era obrigatório e vinculante e deixou de ser emitido no prazo fixado. No segundo processo, o parecer era obrigatório mas não vinculante e também deixou de ser emitido no prazo fixado. Nos termos da Lei nº 9.784/1999 e independentemente da responsabilização cabível,

- a) apenas na segunda hipótese, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa.
- b) em ambas as hipóteses, os processos não terão seguimento até que os pareceres sejam apresentados.
- c) apenas na segunda hipótese, o processo poderá ter prosseguimento, mas a decisão só será possível após a apresentação do parecer.
- d) em ambas as hipóteses, os processos poderão ter prosseguimento; no entanto, apenas no segundo caso, poderá ser decidido com sua dispensa.
- e) em ambas as hipóteses, os processos terão seguimento normalmente, independentemente do momento da apresentação dos pareceres.

**Questão 14: FCC - TJ TRT14/TRT 14/Administrativa/2016**

No curso de determinado processo administrativo de âmbito federal, a norma administrativa em discussão foi devidamente interpretada e, em seguida, extinto o processo. Posteriormente, a Administração pública deu nova interpretação à mesma norma, e desarquivou o mencionado processo administrativo para aplicá-la retroativamente. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,

- a) só será possível a aplicação retroativa de nova interpretação quando deferida pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) é possível aplicação retroativa de nova interpretação, desde que em prol do interesse particular.
- c) sempre será possível a aplicação retroativa de nova interpretação.
- d) só será possível a aplicação retroativa de nova interpretação quando postulada pelo particular.
- e) é vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

**Questão 15: CESGRANRIO - TRPDACGN (ANP)/ANP/Geral/2016**

Sr. Z, servidor público, faltou um dia ao trabalho, sem apresentar motivo. Por tal fato, ele foi submetido a processo administrativo, tendo exercido seu direito de defesa, mas a conclusão foi pela sua demissão do serviço público.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, tal decisão está em desconformidade com o princípio da

- a) moralidade
- b) proporcionalidade
- c) formalidade
- d) finalidade
- e) seguridade

**Questão 16: CESGRANRIO - TRPDACGN (ANP)/ANP/Geral/2016**

Sra. Q é servidora pública e sofreu processo administrativo por acusação de negligência no exercício da sua atividade. No curso do processo, foi requerido que fossem apresentados documentos que instruíram o processo.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, constitui direito do administrado

- a) acessar documentação
- b) proceder com lealdade
- c) atuar com urbanidade
- d) representar-se obrigatoriamente por advogado
- e) apresentar documentos após a decisão administrativa

**Questão 17: CESGRANRIO - TRPDACGN (ANP)/ANP/Geral/2016**

A competência determinada aos órgãos da Administração Pública, em tema de processo administrativo, é irrenunciável, mas passível de delegação.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o ato de delegação poderá ser

- a) deferido sem limites ao delegado
- b) condicionado à aceitação da Chefia imediata do delegado
- c) estabelecido para ato normativo
- d) fixado para decisões em recursos administrativos
- e) revogável a qualquer tempo

**Questão 18: CESGRANRIO - TRPDACGN (ANP)/ANP/Geral/2016**

Sr. K é submetido a processo administrativo por comissão presidida por Sr. Y, seu antigo chefe e com quem não mantinha relações cordiais.

Nos termos do regramento da Lei nº 9.784/1999, com relação à presidência da comissão ser exercida por Sr. Y, será caso de

- a) arguição de suspeição, pois a falta de cordialidade pode causar danos ao investigado.
- b) alegação de impedimento, uma vez que pode gerar decisão conflitante no processo.
- c) manutenção na presidência, por ausência de motivo legal de afastamento.
- d) preservação do processo, tendo em vista que se trata de decisão coletiva.
- e) afastamento do processo, por incompatibilidade pessoal.

**Questão 19: FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016**

Manoel e Manoela, além de irmãos, são partes interessadas no mesmo processo administrativo em curso perante a Administração Pública Federal. No curso do feito, Manoel desistiu do pedido. Em razão disso, a Administração estendeu a desistência a ambas as partes e extinguiu o processo. Em outro processo administrativo, a parte interessada, Ricardo, também desistiu do seu pedido, o que foi negado pela Administração por considerar que o interesse público justificava a continuidade do feito. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a conduta da Administração Pública Federal está

- a) incorreta apenas no segundo caso, pois a desistência do pedido diz respeito a direito disponível da parte e deve ser prontamente acolhida pela Administração.
- b) correta em ambos os casos.
- c) incorreta em ambos os casos, pois não é cabível desistência em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- d) incorreta apenas no primeiro caso, pois a desistência atinge somente quem a formulou.
- e) incorreta no primeiro caso, vez que a lei veda duas partes no mesmo processo administrativo e também incorreta no segundo processo, pois não é possível contrariar o interesse da parte, haja vista tratar-se de direito disponível.

**Questão 20: FGV - Ana (IBGE)/IBGE/Processos Administrativos Disciplinares/2016**

Consoante dispõe a Lei n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, o recurso administrativo:

- a) será cabível somente em face de razões de legalidade e não por motivo de mérito da decisão, em respeito à imutabilidade da coisa julgada administrativa;
- b) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior;

- c) dependerá de caução, como regra, para sua interposição, e o valor será equivalente à vantagem econômica que poderá ser auferida pelo administrado ao final do processo;
- d) terá prazo de quinze dias para sua interposição, como regra, a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida;
- e) deverá ser decidido, como regra, no prazo máximo de dez dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

**Questão 21: FGV - Ana (IBGE)/IBGE/Processos Administrativos Disciplinares/2016**

De acordo com a Lei n.º 9.784/99, em matéria de comunicação de atos de processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, a intimação:

- a) será efetuada de forma pessoal, vedada a intimação por via postal com aviso de recebimento, telegrama ou e-mail;
- b) observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento;
- c) importará, quando desatendida, o reconhecimento da verdade dos fatos e a renúncia a direito pelo administrado;
- d) será nula quando feita sem observância das prescrições legais, e o comparecimento do administrado não supre sua falta ou irregularidade;
- e) conterá a identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa, mas é desnecessário especificar sua finalidade.

**Questão 22: CESPE - AFCE (TCE-SC)/TCE-SC/Controle Externo/Administração/2016**

O Tribunal de Contas de determinado estado da Federação, ao analisar as contas prestadas anualmente pelo governador do estado, verificou que empresa de publicidade foi contratada, mediante inexigibilidade de licitação, para divulgar ações do governo. Na campanha publicitária promovida pela empresa contratada, constavam nomes, símbolos e imagens que promoviam a figura do governador, que, em razão destes fatos, foi intimado por Whatsapp para apresentar defesa. Na data de visualização da intimação, a referida autoridade encaminhou resposta, via Whatsapp, declarando-se ciente. Ao final do procedimento, o Tribunal de Contas não acolheu a defesa do governador e julgou irregular a prestação de contas.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

É nula a intimação do governador, por ser obrigatório que seja feita por ciência no processo, via telegrama ou por via postal com aviso de recebimento.

( ) Certo ( ) Errado

**Questão 23: CESPE - AFCE (TCE-SC)/TCE-SC/Controle Externo/Administração/2016**

Com base na doutrina e nas normas de direito administrativo, julgue o item que se segue.

**Situação hipotética:** Dez anos após a data em que deveria ter ocorrido o primeiro pagamento de vantagem pecuniária a que José fazia jus, ele apresentou requerimento administrativo ao chefe do setor de recursos humanos solicitando o pagamento de tal vantagem. O pedido foi indeferido sob o fundamento de ocorrência da prescrição. José, então, apresentou recurso.

**Assertiva:** Nesse caso, o chefe do setor de recursos humanos tem o prazo de cinco dias para reconsiderar a decisão; caso não o faça, deverá encaminhar o recurso ao seu superior hierárquico.

( ) Certo ( ) Errado

**Questão 24: CESPE - JE TJAM/TJ AM/2016**

Conforme a Lei n.º 9.784/1999, que trata dos atos administrativos, são indelegáveis

- a) a edição de atos normativos e as matérias de competência exclusiva do órgão.
- b) a elaboração de ofícios e a avaliação de recursos administrativos.
- c) a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência privativa de autoridade.
- d) a revisão de atos administrativos e a edição de atos normativos.
- e) as matérias de competência exclusiva e a publicação de edital.

**Questão 25: CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Considerando as regras e princípios previstos na Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, assinale a opção correta em relação ao processo administrativo.

- a) Em razão do princípio da oficialidade, exigir-se-á o reconhecimento da assinatura do interessado nas suas manifestações por escrito, que somente será dispensado nos casos expressamente previstos no regulamento do órgão responsável pelo julgamento.
- b) Os atos de processo independem de intimação do interessado, sendo dever do interessado acompanhar o andamento do processo junto à repartição, principalmente nos casos relativos à imposição de sanções ou restrição de direitos, sob pena de revelia.
- c) Devidamente protocolado o processo administrativo junto ao órgão público competente, o interessado não poderá desistir do pedido formulado, salvo se renunciar expressamente ao direito objeto da solicitação.
- d) O processo administrativo rege-se pelo princípio da inércia: deverá ser impulsionado pela atuação dos interessados, sendo vedada a sua impulsão de ofício pela autoridade julgadora.
- e) Em caso de risco iminente, a administração pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, mesmo sem a prévia manifestação do interessado.

**Questão 26: CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

A permissão da empresa Alfa, permissionária de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, conforme contrato de delegação firmado com o governo estadual, foi unilateralmente revogada pelo poder público, por motivos de oportunidade e conveniência. A empresa interpôs pedido de reconsideração junto ao Departamento de Regulação de Transporte Coletivo, órgão da Secretaria Estadual de Transportes, responsável pelos contratos de permissão de transporte coletivo. O pedido foi indeferido por Caio, diretor do referido departamento, que alegou a existência de interesse público na revogação. Diante desse indeferimento, a empresa interpôs recurso administrativo. Caio manteve a decisão anterior e encaminhou o recurso ao secretário de transportes, autoridade hierarquicamente superior. Semanas após, Caio foi nomeado secretário estadual de transportes e, nessa qualidade, conheceu do recurso administrativo e negou-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) O fato de Caio não ter reconsiderado a sua decisão não equivale a julgamento de recurso. Assim, houve uma única decisão administrativa em sede de recurso administrativo, sendo irrelevante que a autoridade julgadora tenha emitido uma decisão anterior sobre a questão.
- b) O recurso administrativo deveria ter sido apreciado por autoridade hierarquicamente superior e diferente daquela que decidira anteriormente o pedido de reconsideração. Como Caio estava impedido de julgar o recurso administrativo, há de se concluir que a decisão do recurso foi nula.
- c) No caso em tela, haveria a suspeição de Caio, razão pela qual ele não poderia julgar o recurso administrativo. Dessa forma, Caio deveria anular a decisão sobre o recurso e delegar a algum subordinado seu a competência para o julgamento.
- d) A permissão de serviço público é feita a título precário e, por esse motivo, a empresa permissionária não tem direito a recorrer administrativamente do ato administrativo que revogou a sua permissão.
- e) Em razão do princípio da intranscendência subjetiva, é juridicamente possível que uma mesma pessoa decida sobre o pedido de reconsideração e o recurso administrativo, uma vez que, legalmente, eles foram decididos por autoridades administrativas distintas.

**Questão 27: CESPE - Aux Per (PC PE)/PC PE/2016**

O princípio que está expressamente previsto na lei que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal (Lei n.º 9.784/ 1999), dispondo que a administração pública deverá obedecê-lo, é o princípio da

- a) razoabilidade.
- b) impessoalidade.
- c) publicidade.
- d) indisponibilidade.
- e) precaução.

**Questão 28: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016**

A Lei nº 9.784/99 (Lei Federal de Processos Administrativos) estabelece que

- a) é admitida a participação de terceiros no processo administrativo.
- b) é faculdade do administrado fazer-se assistir por advogado, exceto nos processos disciplinares em que a defesa técnica é obrigatória.
- c) é expressamente vedada a apresentação de requerimento formulado de maneira oral pelo interessado, em vista do princípio da segurança jurídica.
- d) a condução do processo administrativo é absolutamente indelegável.
- e) é admitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.

**Questão 29: Instituto AOCF - Tec Leg (CM Rio Sul)/CM Rio Sul/Área Legislativa/2016**

De acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 9.784/1999, o Processo Administrativo

- a) só pode iniciar-se de ofício.
- b) pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- c) não pode iniciar-se de ofício.
- d) será anulável quando ficar demonstrado que iniciou a pedido de interessado, devendo, nesta hipótese, ser convalidado por ofício da autoridade competente.
- e) será nulo, sem possibilidade de convalidação, quando constatado que iniciou a pedido de interessado.

**Questão 30: CESPE - Aud CE (TCE-PA)/TCE-PA/Administrativa/Direito/2016**

Com base no disposto nas súmulas do Supremo Tribunal Federal relativas a direito administrativo, julgue o item subsequente.

Tratando-se de processo administrativo disciplinar, se o acusado não tiver advogado, deve ser providenciado um *ad hoc* para formulação da sua defesa técnica, sob pena de nulidade do procedimento, por cerceamento de defesa.

Certo Errado

**Questão 31: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2016**

De acordo com a Súmula Vinculante nº 5, do Supremo Tribunal Federal,

- a) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição apenas quando a pena aplicada foi a de advertência.
- b) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar é causa de nulidade.

- c) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição apenas quando a pena aplicada foi a de demissão.
- d) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

**Questão 32: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2016**

De acordo com a Súmula Vinculante nº 21 do Supremo Tribunal Federal, a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo é

- a) inconstitucional.
- b) constitucional.
- c) vedada quando o devedor se encontra em comprovado estado de insolvência.
- d) admitida nos casos de interesse da União.

**Questão 33: IESES - NeR (TJ PA)/TJ PA/Provimento/2016**

Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- b) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), a sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas e honorários advocatícios, estes limitados a 10% do valor da causa.
- c) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, o administrado tem direito de formular, perante a Administração, alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- d) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, o provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do regulamento.

**Questão 34: IESES - NeR (TJ PA)/TJ PA/Remoção/2016**

A Lei 9.784 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. De acordo com a citada lei têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- a) Aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- b) Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- c) Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- d) Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.

**Questão 35: CESPE - AC TCE PR/TCE-PR/Jurídica/2016**

Acerca do recurso administrativo e tendo como base as disposições da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- a) O recurso não será conhecido quando interposto em órgão incompetente, mas, nesse caso, terá de ser indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) É de trinta dias o prazo para a interposição de recurso administrativo, contado a partir da divulgação da decisão recorrida em diário oficial.
- c) O recurso administrativo terá, como regra geral, efeitos devolutivo e suspensivo.
- d) Contra as decisões administrativas cabe recurso que verse sobre a legalidade, mas não sobre o mérito administrativo.
- e) O recurso administrativo tramitará por uma única instância administrativa, devendo ser interposto à autoridade superior àquela que tiver proferido a decisão.

**Questão 36: VUNESP - Ag (IPSMI)/IPSMI/Previdenciário/2016**

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre previsões constantes da Lei Federal n.º 9.784/99, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- a) Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável, devendo o processo ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.
- b) É lícito à Administração efetuar a recusa imotivada de recebimento de documentos, não sendo dever do servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- c) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para efetivação de diligências, e o desatendimento da intimação importará o reconhecimento da verdade dos fatos pelo administrado.
- d) A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, tendo o prazo de até 60 (sessenta) dias para fazê-lo, com a possibilidade de prorrogação por igual período.
- e) Os processos administrativos de que resultem sanções não poderão ser revistos a qualquer tempo, mas somente quando surgirem fatos novos e relevantes, suscetíveis de alterar a sanção aplicada, no limite de até 1 (um) ano após a decisão proferida.

**Questão 37: Com. Exam. (TRT 2) - JT TRT2/TRT 2/2016**

A respeito das disposições da Lei n.º 9.784/99 que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, analise as seguintes proposições:

**I** - Os preceitos da Lei n.º 9.784/99, também se aplicam aos órgãos do Poder Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

**II** - São legitimados como interessados no processo administrativo, entre outros, aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

**III** - No processo administrativo podem ser objeto de delegação, pela autoridade competente, entre outros, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.

**IV** - No processo administrativo pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

**V** - A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até noventa dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Responda:



- a) Somente as proposições **I**, **II** e **IV** estão corretas.
- b) Somente as proposições **I**, **III** e **V** estão corretas.
- c) Somente as proposições **II**, **III** e **IV** estão corretas.
- d) Somente as proposições **II**, **III** e **V** estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**Questão 38: FCC - Ana RH (ALMS)/ALMS/2016**

Em determinado processo administrativo de âmbito federal, durante a fase de instrução, constatou-se que a matéria nele versada envolvia assunto de interesse geral. Assim, o órgão competente, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,

- a) nos processos em que houver período de consulta pública não será cabível audiência pública.
- b) a consulta pública não se destina a pessoas jurídicas, mas sim, às pessoas físicas, as quais poderão examinar os autos e apresentar alegações escritas.
- c) o comparecimento à consulta pública confere, por si só, a condição de interessado do processo.
- d) o comparecimento à consulta pública confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada.
- e) as respostas proferidas por ocasião da consulta pública não podem ser comuns, ainda que existam alegações substancialmente iguais, pois cada administrado tem o direito de obter resposta individualizada.

**Questão 39: FCC - Ag (ALMS)/ALMS/Apoio Legislativo/2016**

A Lei nº 9.784/1999 disciplina as normas básicas sobre processo administrativo no âmbito da Administração federal

- a) direta e indireta, não incidindo, no entanto, no exercício atípico da função administrativa pelos Poderes legislativo e judiciário da União, em razão do princípio insculpido no artigo 2º da Constituição Federal.
- b) direta, não se aplicando à Administração indireta, porque não sujeita a regime jurídico administrativo.
- c) direta, não se aplicando à Administração indireta e aos processos administrativos junto às Cortes de Contas, porque auxiliares de Poder distinto do executivo.
- d) direta e indireta e junto aos órgãos dos Poderes legislativo e judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
- e) direta e indireta e junto aos órgãos dos Poderes legislativo e judiciário da União, quando no desempenho de suas funções típicas e atípicas.

**Questão 40: CESPE - TA (ANVISA)/ANVISA/2016**

No que se refere à gestão de recursos humanos das agências reguladoras e ao processo administrativo no âmbito da administração pública, julgue o item subsequente com base no disposto nas Leis n.º 9.986/2000 e n.º 9.784/1999.

No âmbito da administração pública, o processo administrativo poderá ser impulsionado de ofício.

Certo  Errado

**Questão 41: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016**

Com base na legislação do estado do Amazonas referente a direito administrativo, julgue o item que se segue.

É indelegável a competência para editar atos de caráter normativo e para decidir recursos administrativos.

Certo  Errado

**Questão 42: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016**

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

O procurador poderá defender-se pessoalmente, advogando em causa própria, se contra ele for instaurado processo administrativo disciplinar. Outras categorias de servidores, contudo, necessitariam contratar advogado, imprescindível para o exercício da ampla defesa no processo administrativo disciplinar.

Certo  Errado

**Questão 43: FUNCAB - Del Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Quanto ao assunto da delegação e avocação, explicitamente relacionado ao elemento competência dos atos administrativos, assinale a opção correta, conforme o preceito legal.

a) Em caso de impetração de mandado de segurança em face de ato praticado por delegação, o agente delegante deverá figurar como autoridade coatora, uma vez que a delegação não implica em renúncia de competência.

b) É possível ato de delegação de competência genérico, desde que o órgão delegado seja hierarquicamente subordinado ao órgão delegante.

- c) A avocação de competência, que consiste na regra, é permitida a órgão hierarquicamente inferior, prescindindo de justificação quanto à relevância dos motivos que levaram a autoridade superior à prática de tal ato.
- d) Um órgão colegiado poderá delegar parte de sua competência a seu presidente quanto for conveniente, em razão de circunstâncias de índole jurídica, em não havendo impedimento legal.
- e) A avocação de competência, assim como a delegação, são espécies de alteração de competência superveniente, de caráter temporário, sendo possível quando não houver impedimento legal. Em caso de renúncia de competência de subordinado, o superior hierárquico se torna automaticamente competente para a prática do ato, por expressa determinação legal.

**Questão 44: FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Considerando a Lei n° 9.784/1999, que regulamenta o processo administrativo, assinale a opção correta.

- a) A revisão administrativa pode resultar agravamento da sanção..
- b) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
- c) Os prazos do recurso no processo administrativo não se exclui o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.
- d) O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.
- e) A delegação pode ser encarada como a possibilidade de o órgão administrativo de maior hierarquia arrogar-se competência de órgão hierarquicamente inferior.

**Questão 45: FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre critérios a serem observados nos processos administrativos por força da Lei n° 9.784 de 1999.

- a) Em eventual ausência de leis processuais administrativas próprias, aos Estados e Municípios, é inconcebível a aplicação da legislação federal vigente, ainda que por analogia.
- b) Justamente a salvaguarda do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, veda-se objetivamente a aplicação retroativa de nova interpretação.
- c) É possível a aplicação retroativa da lei mais benéfica ao acusado de cometer uma infração administrativa.
- d) A retroatividade da lei mais benéfica em matéria penal tem uma tendência humanitária que se repete no campo administrativo, justificando-se igual retroatividade.
- e) O sistema jurídico-constitucional brasileiro assentou , com o postulado absoluto , incondicional e inderrogável, o princípio da irretroatividade de novas interpretações da legislação administrativa.

**Questão 46: CONSULPLAN - ATA (CFESS)/CFESS/2017**

Quanto ao processo administrativo federal, o princípio pelo qual é assegurado interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação, denomina-se

- a) oficialidade.
- b) ampla defesa.
- c) segurança jurídica.
- d) formalismo moderado.

**Questão 47: FCC - Ana (PGE MT)/PGE MT/Administrador/2016**

O princípio do formalismo moderado,

- a) aplicado às licitações públicas, afasta o apego excessivo a formalidades, como, por exemplo, aos critérios de julgamento do certame fixados no instrumento convocatório.
- b) aplicado às licitações públicas, afasta a possibilidade de fase de saneamento de falhas meramente formais no certame.
- c) é vetor de interpretação e aplicação das normas sobre licitações públicas que afasta o apego excessivo a formalidades, exigindo observância das que se afigurem essenciais às finalidades de obtenção da melhor proposta e tratamento isonômico dos administrados.
- d) aplicado às licitações públicas, impede impugnações à forma dos atos praticados em seu âmbito.
- e) é vetor de interpretação e aplicação das normas sobre licitações públicas, por força do qual os procedimentos licitatórios não devem ser considerados processos administrativos formais.

**Questão 48: FCC - AJ TRT20/TRT 20/Administrativa/"Sem Especialidade"/2016**

Em determinado processo administrativo, de âmbito federal, a parte interessada, Ana Lúcia, possui domicílio incerto e, por falha na tramitação do processo, deixou de ser intimada. No entanto, posteriormente, Ana Lúcia compareceu espontaneamente ao processo. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,

- a) o comparecimento de Ana Lúcia não supre a falta de intimação, mas é garantido o direito de ampla defesa à Ana Lucia.
- b) a ausência de intimação importa nulidade insanável, razão pela qual o processo deverá ser extinto.
- c) o comparecimento de Ana Lúcia supre a falta de intimação.
- d) o desatendimento da intimação importa o reconhecimento da verdade dos fatos.
- e) a intimação deveria ter sido efetuada por telegrama, por ser a forma adequada de intimação nas situações de domicílio incerto.

**Questão 49: FCC - AJ TRT20/TRT 20/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016**

Considere a seguinte situação hipotética: Heitor, é chefe de determinada repartição pública, de âmbito federal, e responsável por decidir os recursos administrativos interpostos. No momento de prolatar decisão em recurso administrativo, Heitor recebeu ligação de sua esposa alegando que seu filho não estava bem e precisaria ser internado. Em razão da circunstância fática ocorrida, Heitor precisou ausentar-se do serviço público pelo prazo de três dias. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a decisão do recurso administrativo

- a) não pode ser objeto de delegação.
- b) pode ser objeto de delegação, não sendo necessário que o ato de delegação seja publicado no meio oficial.
- c) pode ser objeto de delegação, no entanto, o ato de delegação não poderá ser revogado a qualquer momento, havendo períodos próprios para tanto.
- d) não admite delegação, como regra, no entanto, na hipótese narrada, comportará delegação desde que proferida pela autoridade hierarquicamente inferior a Heitor.
- e) pode ser proferida por delegação e considerar-se-á editada pelo delegante.

**Questão 50: FCC - AJ TRT20/TRT 20/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2016**

Em determinado processo administrativo de âmbito federal, foi proferida decisão que acabou atingindo indiretamente o direito da servidora Cristina. Em outro processo administrativo de âmbito federal, foi proferida decisão no tocante a interesse e direitos coletivos, razão pela qual uma associação representativa está pretendendo interpor recurso administrativo. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,

- a) nenhum dos citados têm legitimidade para interpor recurso administrativo, pois apenas os titulares de direitos que forem parte no processo poderão assim o fazer.
- b) tanto Cristina quanto a associação representativa têm legitimidade para interpor recurso administrativo nos casos narrados.
- c) apenas a associação representativa tem legitimidade para interpor recurso administrativo.
- d) apenas Cristina tem legitimidade para interpor recurso administrativo.
- e) nenhum dos citados têm legitimidade para interpor recurso administrativo, pois apenas a pessoa física, diretamente afetada pela decisão, poderá assim o fazer, independentemente de ser parte ou não no processo.

**Questão 51: FCC - AJ TRT20/TRT 20/Administrativa/Contabilidade/2016**

Marta figura como interessada em determinado processo administrativo de âmbito federal, no entanto, foi proibida de extrair cópia dos autos, bem como de apresentar documentos antes de prolatada a decisão. A propósito dos fatos e nos termos da Lei nº 9.784/1999,

- a) estão corretas as proibições em ambas as hipóteses, pois apesar de inexistir previsão legal acerca dos temas, trata-se do poder discricionário da autoridade administrativa visando resguardar o interesse público.
- b) está incorreta a proibição apenas na segunda hipótese, pois tem direito de acesso aos autos, porém a autoridade poderá restringir cópias em algumas situações.
- c) estão corretas as proibições em ambas as hipóteses, haja vista previsão legal expressa nesse sentido.
- d) está incorreta a proibição apenas na primeira hipótese, pois a autoridade poderá restringir o momento da apresentação de documentos, condicionando-os a momento oportuno, como, por exemplo, após a decisão.
- e) estão incorretas as proibições em ambas as hipóteses.

**Questão 52: FCC - TJ TRT20/TRT 20/Administrativa/2016**

Considere:

- I.** Aplicação retroativa de nova interpretação.
- II.** Sigilo nos processos administrativos.
- III.** Promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- IV.** Renúncia total de poderes ou competências.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública federal, constitui vedação absoluta e que, portanto, não admite exceção, o que consta APENAS em

- a) **III e IV.**
- b) **I e II.**
- c) **I, II e III.**
- d) **IV.**
- e) **I e III.**

**Questão 53: FCC - TJ TRT20/TRT 20/Apoio Especializado/Enfermagem/2016**

Tarcísio é parte interessada em processo administrativo de âmbito federal e, ao ser intimado para ingressar nos autos, procurou Eliseu, advogado renomado na cidade, para representá-lo. Eliseu recusou a solicitação de Tarcísio por estar assoberbado de trabalho, além de justificar sua recusa na absoluta desnecessidade de Tarcísio ingressar nos autos através de advogado. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a postura de Eliseu está

- a) incorreta, porque o advogado não pode recusar-se a representar alguém que o procure, sob pena de ferir o princípio do contraditório.
- b) correta, pois a representação por advogado é sempre facultativa.
- c) incorreta, pois a representação por advogado é sempre obrigatória.
- d) incorreta, porque, para ingressar nos autos, é sempre necessária a representação por advogado, no entanto, para a prática dos demais atos a representação é facultativa.
- e) correta em parte, pois somente em algumas hipóteses específicas previstas em lei, a representação por advogado é obrigatória.

**Questão 54: CESPE - Del Pol (PC GO)/PC GO/2017**

Com base no disposto na Lei nº 9.784/1999, assinale a opção correta, considerando o entendimento dos tribunais superiores e da doutrina sobre o processo administrativo.

- a) Os processos de prestação de contas são exemplo de processos administrativos de outorga, cuja finalidade é autorizar o exercício de determinado direito individual.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende que não é necessária a observância do devido processo legal para a anulação de ato administrativo que tenha repercutido no campo dos interesses individuais.
- c) Por ser a ampla defesa um princípio do processo administrativo, a administração não poderá definir a maneira como se realizará seu exercício, definindo, por exemplo, o local de vista aos autos.
- d) A competência processante de órgão da administração pode ser delegada, em parte, a outro órgão, ainda que não subordinado hierarquicamente ao órgão delegante, desde que haja conveniência, razão e inexistência de impedimento legal.
- e) Conforme o Supremo Tribunal Federal, é obrigatória a representação por advogado para o exercício do direito à recorribilidade de decisão proferida em processo administrativo.

**Questão 55: FGV - Proc (ALERJ)/ALERJ/2017**

A realização de audiências e consultas públicas nos processos administrativos se revela como um importante mecanismo de participação dialógica dos administrados, conferindo maior transparência e legitimidade às ações e condutas da Administração Pública.

Sobre essa temática e à luz das disposições da Lei nº 9.784/99 - que trata do processo administrativo em sede federal - e do ordenamento jurídico em vigor, é correto afirmar que:

- a) o comparecimento à consulta pública confere à pessoa física, automaticamente, a condição de interessada no processo, assegurando-lhe o direito de obter da Administração resposta fundamentada;
- b) as hipóteses de realização de audiência pública estão taxativamente previstas na legislação, não podendo ser realizadas a partir de um juízo discricionário da autoridade competente;
- c) nas matérias relevantes os órgãos e entidades administrativas devem, preferencialmente, estabelecer a audiência e a consulta pública como meio de participação dos administrados;
- d) a realização de consulta pública será obrigatória toda vez que requerida por qualquer administrado, o que se impõe em razão da transparência e legitimidade das decisões nos processos administrativos;
- e) quando a matéria for de interesse geral, pode o órgão competente, motivadamente, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido e desde que não ocorra prejuízo para a parte interessada.

**Questão 56: FCC - AJ TRT11/TRT 11/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017**

Mauro, servidor público federal, responsável por determinado processo administrativo de âmbito federal, deve, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, praticar ato no prazo de cinco dias, quando inexistir disposição legal específica, bem como quando inexistir motivo de força maior que justifiquem prazo diverso. De acordo com a mesma Lei, o referido prazo

- a) pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.
- b) não comporta dilatação.
- c) pode ser dilatado até o triplo, não sendo necessária justificação para tanto.
- d) pode ser dilatado até o dobro, não sendo necessária justificação para tanto.
- e) pode ser dilatado para o prazo máximo de trinta dias, mediante comprovada justificação.

**Questão 57: FCC - AJ TRT11/TRT 11/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2017**

Rúbia e Nefertite são partes interessadas em um mesmo processo administrativo de âmbito federal. Em determinado momento, Rúbia formulou, por meio de manifestação escrita, pedido de desistência total do pedido formulado. A propósito do tema e, nos termos do que preceitua a Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

- a) o processo administrativo será obrigatoriamente extinto.
- b) a desistência atingirá somente Rúbia.
- c) a desistência de Rúbia também poderia ser feita verbalmente, haja vista a informalidade que vigora no processo administrativo.
- d) a desistência não pode ser total, devendo ser parcial, vez que apenas a Administração pública tem o poder de extinguir integralmente o feito.
- e) a desistência de Rúbia somente será admissível se decorrer de fatos supervenientes, isto é, que surgiram após a instauração do processo administrativo.

**Questão 58: COMPERVE (UFRN) - Proc (Jurucutu)/Pref Jurucutu/2016**

Visando assegurar a motivação no âmbito dos atos administrativos, a Lei de Processo Administrativo Federal expõe, em seu art. 50, quando se faz obrigatória a motivação. Nesse sentido, a legislação mencionada determina que

- a) na solução de vários assuntos da mesma natureza, é vedado o uso de meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.
- b) a motivação deve ser implícita, porém clara e congruente, sendo vedado que corresponda à declaração de concordância com anteriores pareceres.
- c) os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decidam processos administrativos de concurso.
- d) é prescindível que a motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais conste da respectiva ata ou de termo escrito.

**Questão 59: CESPE - AJ (TRE PE)/TRE PE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta a respeito dos atos do processo administrativo.

- a) Permite-se que tais atos sejam praticados oralmente, dados os princípios da eficiência e da celeridade.
- b) Tais atos devem ser praticados, preferencialmente, na sede do órgão administrativo, sendo obrigatória a ciência ao interessado no caso de virem a ser realizados em outro local.

- c) Exige-se o reconhecimento de firma para todos os documentos que forem assinados em razão da prática dos citados atos.
- d) Os atos em questão podem ser realizados em qualquer dia e horário.
- e) Exige-se forma específica e prevista em lei para a realização dos atos em apreço.

**Questão 60: CESPE - AJ (TRE PE)/TRE PE/Judiciária/2017**

Conforme a Lei n.º 9.784/1999, nos processos administrativos, a administração pública está proibida de aplicar nova interpretação de forma retroativa, em decorrência do princípio do(a)

- a) segurança jurídica.
- b) legalidade.
- c) informalismo ou formalismo mitigado.
- d) oficialidade.
- e) finalidade.

**Questão 61: CESPE - TJ (TRE PE)/TRE PE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**

Um processo administrativo instaurado no âmbito de um órgão público estará sujeito a nulidade caso

- a) o administrado formule as alegações e apresente os documentos antes da decisão.
- b) haja a recusa de provas apresentadas pelos interessados por serem consideradas protelatórias, mediante decisão fundamentada.
- c) o administrado tenha obtido cópias de documentos do processo para a elaboração de sua defesa.
- d) haja a atuação de autoridade que tenha interesse, mesmo que indireto, na matéria.
- e) a intimação do administrado ocorra com antecedência de um dia útil, mesmo com o seu comparecimento no local, na data e na hora determinados.

**Questão 62: CESPE - AGE (SEDF)/SEDF/Direito e Legislação/2017**

Mauro editou portaria disciplinando regras de remoção no serviço público que beneficiaram, diretamente, amigos seus. A competência para a edição do referido ato normativo seria de Pedro, superior hierárquico de

Mauro. Os servidores que se sentiram prejudicados com o resultado do concurso de remoção apresentaram recurso quinze dias após a data da publicação do resultado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 9.784/1999 — que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal —, o recurso apresentado pelos servidores que se sentiram prejudicados não deverá ser conhecido pela autoridade competente em razão da sua intempestividade.

( ) Certo ( ) Errado

**Questão 63: CONSULPLAN - AJ TRF2/TRF 2/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**

“No curso de processo administrativo, a Pessoa Jurídica XYZ faz requerimento a determinada Agência Reguladora Federal pleiteando sua inclusão em credenciamento de fornecedores. Não obstante o requerimento, a Agência Reguladora se mantém omissa em sua resposta, mesmo após vencido o prazo legal de resposta.” Com relação à referida omissão administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Caberá a propositura de ação judicial pela Pessoa Jurídica XYZ, para assegurar o direito de resposta, nos termos da lei federal que dispõe sobre o processo administrativo.
- b) Como a omissão não é caracterizada como ato administrativo, não cabe a propositura de ação judicial, mas reclamação administrativa, com fundamento no direito de petição.
- c) A omissão implicará na aceitação tácita do requerimento da Pessoa Jurídica XYZ, tendo em vista que o particular não pode ser prejudicado pela demora imputada à Administração Pública.
- d) A omissão implicará na rejeição tácita do requerimento da Pessoa Jurídica XYZ, tendo em vista que somente podem advir efeitos concretos ao credenciamento de atos praticados pela Administração pública.

**Questão 64: CONSULPLAN - AJ TRF2/TRF 2/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**

“O Presidente de determinada autarquia federal delega parte de suas competências ao Conselho de Administração, tendo em vista motivos de índole econômica.” Sobre a hipótese, é correto afirmar que a delegação de competência

- a) não é possível, uma vez que não há subordinação hierárquica entre ambos os órgãos da autarquia federal.
- b) é possível, salvo com relação a atos de gestão contratual que sejam de competência privativa do Presidente.
- c) é possível, inclusive quanto aos atos de gestão patrimonial que sejam de competência privativa do Presidente.
- d) não é possível, uma vez que somente motivos de índole técnica, social ou jurídica podem ser motivo de delegação de competência.

**Questão 65: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017**

O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

O prefeito de um município brasileiro delegou determinada competência a um secretário municipal. No exercício da função delegada, o secretário emitiu um ato ilegal. Nessa situação, a responsabilidade pela ilegalidade do ato deverá recair apenas sobre a autoridade delegada.

Certo  Errado

**Questão 66: CESPE - Proc Mun (Fortaleza)/Pref Fortaleza/2017**

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Nos termos da jurisprudência do STF, caso um particular interponha recurso administrativo contra uma multa de trânsito, por se tratar do exercício do poder de polícia pela administração, a admissibilidade do recurso administrativo dependerá de depósito prévio a ser efetuado pelo administrado.

Certo  Errado

**Questão 67: FCC - AJ TRT24/TRT 24/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**

Determinado processo administrativo, de âmbito federal, foi iniciado a pedido da interessada Marta, sendo ela a titular do direito versado no processo. Durante a fase instrutória, a Administração fixou prazo para que Marta apresentasse documento necessário à apreciação do pedido formulado. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação

- a) implicará o arquivamento do processo.
- b) suspenderá o trâmite processual por sessenta dias, e, findo tal prazo, caso Marta não apresente o documento, será o feito obrigatoriamente extinto sem qualquer análise de mérito.
- c) implicará o imediato prosseguimento do feito, o qual será apreciado somente com o conjunto probatório constante nos autos do processo.
- d) acarretará a concessão imediata de prazo suplementar de cento e oitenta dias, a fim de que Marta apresente o documento.
- e) suspenderá o trâmite processual por trinta dias, e, findo tal prazo, caso Marta não apresente o documento, será o processo obrigatoriamente julgado em seu mérito.

**Questão 68: FCC - TJ TRT24/TRT 24/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**

Considere as seguintes assertivas concernentes à Lei no 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública federal:

**I.** As disposições da Lei nº 9.784/1999 também se aplicam ao Poder Judiciário, quando no exercício de função administrativa.

**II.** A Lei no 9.784/1999 traz o conceito de “entidade”, definindo-a como a unidade de atuação que pode ou não ter personalidade jurídica.

**III.** O administrado poderá optar por não prestar informações que lhes são solicitadas, tratando-se tal postura de um de seus direitos, expressamente previsto na Lei nº 9.784/1999.

**IV.** Um dos critérios a serem observados nos processos administrativos regidos pela Lei nº 9.784/1999 é a indicação dos pressupostos fáticos que tenham determinado a decisão, não se exigindo a indicação de pressupostos de direito, justamente pela informalidade e objetividade que vigora em tais processos administrativos.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- a) **III e IV.**
- b) **II e III.**
- c) **I e IV.**
- d) **I, II e III.**
- e) **I.**

**Questão 69: Com. Exam. (TRF 2) - JF TRF2/TRF 2/2017**

Analise as assertivas e, ao final, marque a opção correta:

**I** - No recurso administrativo, a *reformatio in pejus* é inconstitucional, por violar o princípio da especialidade e da segregação das funções;

**II** - Das decisões administrativas cabe recurso, em regra, apenas nos aspectos que se referem à legalidade do decidido, e a admissibilidade de que o recurso reveja o mérito (conveniência e oportunidade) depende de explícita previsão legal, pena de afronta à competência dos agentes públicos, previamente definida em lei;

**III** - É inconstitucional a exigência de depósito em dinheiro, ou arrolamento de bem, para admissibilidade de recurso administrativo; é admissível, porém, a exigência de fiança ou outra caução.

- a) Apenas a assertiva **II** está correta.
- b) Todas as assertivas são erradas.
- c) Apenas a assertiva **III** é correta.
- d) Apenas as assertivas **I e III** são corretas.
- e) Todas as assertivas são corretas.

**Questão 70: CESPE - JE TJPR/TJ PR/2017**

Com base na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca da revogação e dos elementos dos atos administrativos.

- a) A revogação de um ato administrativo deve apresentar os seus motivos devidamente externados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- b) O ato de delegação pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante ou pela autoridade delegada.
- c) O ato de delegação deve ser publicado no meio oficial, mas não o de sua revogação.
- d) Caso um ato administrativo esteja eivado de vício de legalidade, o Poder Judiciário terá de revogá-lo.

**GABARITO**

1) E	25) E	49) A
2) B	26) B	50) B
3) D	27) A	51) E
4) A	28) A	52) E
5) A	29) B	53) E
6) A	30) Errado	54) D
7) D	31) D	55) E
8) C	32) A	56) A
9) D	33) C	57) B
10) C	34) B	58) C
11) B	35) A	59) B
12) D	36) A	60) A
13) A	37) A	61) D
14) E	38) D	62) Certo
15) B	39) D	63) A
16) A	40) Certo	64) C
17) E	41) Certo	65) Certo
18) C	42) Errado	66) Errado
19) D	43) D	67) A
20) B	44) D	68) E
21) B	45) B	69) B
22) Errado	46) C	70) A
23) Certo	47) C	
24) A	48) C	